

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: a Tribuna (Santos) Class.: 171φ

Data: 06.05.84 Pg.: 21

Terra dos guaranis é invadida

ITANHAÉM — Os proprietários das fazendas Banáurea e Calvi estão invadindo áreas da aldeia dos índios guaranis do Rio Branco. A denúncia foi feita pelo cacique Wera Jejuaka e levada a representantes do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — e da Sudelpa, que constataram *in loco* a invasão, surpreendendo, inclusive, ao lado de agentes da Polícia Florestal, o desmatamento da área, que é de preservação permanente. As duas propriedades agrícolas estão também invadindo área pertencente à Fepasa.

Diante de toda essa série de irregularidades, várias medidas foram tomadas: o cacique, os representantes do Cimi e da Sudelpa prestaram queixa pela invasão na Delegacia de Polícia de Itanhaém. O advogado da equipe indigenista do Grupo da Terra da Sudelpa vai entrar com ação de reintegração de posse em favor dos índios. A Polícia Florestal tucou auto de infração contra a Calvi, termo de embargo e multa de Cr\$ 2 milhões, pelo flagrante contra essa fazenda. E, ainda, o Governo do Estado, através da Sudelpa, iniciará medição na área dos índios para posteriormente demarcá-la e regularizar a situação.

Tudo isso aconteceu na tarde de sexta-feira, quando o Cimi e a Sudelpa revelaram para a Imprensa terem recebido denúncia sobre invasão da Banáurea. Alberto Capucci Filho e Jussara Maria Rezende Capucci são agentes do Cimi no Litoral, ligados à Diocese de Santos e diretamente à CNBB. Juntamente com o advogado Marco Antônio Barbosa, da equipe indigenista do Grupo de Terra da Sudelpa e Mauro Stavale, geólogo, também do Grupo de Terra, os representantes do Cimi estão se dedicando à preservação da área para os índios no Rio Branco. Depois de terem dado entrevista, o grupo seguiu para a aldeia e, com dois policiais da Florestal puderam flagrar homens da Calvi desmatando e constatar que a Banáurea também está abrindo picada na área dos índios, passando pelas terras que foram doadas à Fepasa.

HISTÓRIA DE OMISSÕES

Alberto e Jussara Capucci estão preparando um dossiê da Aldeia Rio Branco. Pelo que já levantaram, pode-se observar que em torno da aldeia há uma história de omissões das autoridades estaduais e federais, em contraposição à luta dos índios pela garantia da terra.

Condições de vida precárias

Liderados pelo cacique Wera Jejuaka (ou José Oliveira dos Santos), cerca de 40 índios guaranis habitam a Aldeia do Rio Branco, em Itanhaém, nas mais precárias condições de vida. Subsistem vendendo o que plantam, principalmente palmitos, que são carregados nas costas por vários e vários quilômetros até o centro da Cidade.

O acesso à aldeia é dificultoso. Para se chegar até lá, entra-se em direção ao Jardim Aguapeú (margem direita da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, sentido Baixada Litoral). Percorre-se 25 quilômetros até se chegar à sede da Banáurea, daí até a aldeia são mais cerca de dez quilômetros, entrando-se por picadas, passando-se dentro do rio e entrando na mata cerrada, que mos-

tra uma das paisagens mais exuberantes da região.

Esse percurso é feito pelo menos uma vez por semana pelos índios, com um detalhe: eles não contam mais com o ônibus que os levava até a sede da Banáurea, necessitando percorrer mais quilômetros a pé.

Na aldeia, planta-se feijão, milho e mandioca. Os índios fazem muito artesanato, com o tronco das árvores, que cortam com facões e machados.

Apesar da invasão de suas áreas, os guaranis acreditam que poderão manter suas terras. E ali pretendem continuar vivendo e passando para as novas gerações a sua tradição de respeito à família e à religião, preservando seus costumes, constantemente ameaçados pela civilização branca.

Apesar do decreto que criou o Posto Indígena de Peruibe estabelecer que a Funai tem responsabilidade também sobre a Aldeia do Rio Branco, em Itanhaém, o órgão é completamente omissa nessa área, que não é demarcada. Mas os índios sabem ao que tem direito. Reivindicam 350 alqueires, enquanto as autoridades apenas reconhecem 250 hectares (cerca de 166 alqueires).

A aldeia está localizada dentro de extensa área doada pelo Governo do Estado à Estrada de Ferro Sorocabana, que passou para a Fepasa. Só que os índios chegaram antes. Os missionários do Cimi citam o etnólogo Curt Nimuendaju, que chegou no final do século passado ao Brasil e, em seu livro "Los Mitos de Creación Y Destrucción Del Mundo", afirma que a aldeia já existiu há mais de 100 anos. O antropólogo Egon Schaden, da USP, em seus Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani escreveu, em 1954, que a aldeia existia há pelo menos 30 anos.

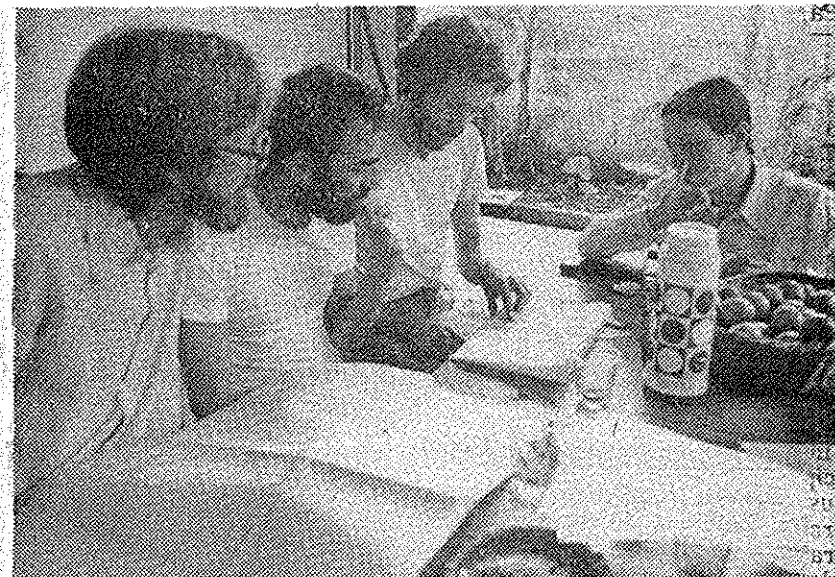
A despeito disso, não houve a demarcação. Quando o Cimi montou a equipe do Litoral, Alberto e Jussara tentaram, em 1.979, conseguir informações na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. Na época, o governo Paulo Maluf negou-as, afirmando que só as da-

ria para a Funai. Nem através da Comissão de Justiça e Paz eles conseguiram seu intento, sendo aconselhados a desistirem pois essa comissão era considerada "de esquerda".

NOVO ALENTO

A eleição de um governador Franco Montoro, pelo PMDB, diretamente pelo povo, deu novo alento aos indigenistas que, em abril do ano passado, entraram com requerimento mais detalhado à PPI. Como o processo se desenvolvesse com morosidade, os índios foram, acompanhados do Cimi, até o secretário da Justiça, José Carlos Dias, que assegurou: assim que terminar a demarcação em Itariri (que está sendo feita atualmente), começará a do Rio Branco.

Só continua pendente a questão da extensão da área, ainda considerada pelo Governo do Estado como de 116 alqueires. Mas a Secretaria da Justiça garantiu que a medição e posterior demarcação, obedecerá à indicação dos índios que ali vivem. Espera-se que a conclusão desse trabalho seja a correta demarcação da área, destinando-a aos índios, evitando-se a invasão que agora ocorre, antes que eles percam o seu mais precioso bem, a terra, onde plantam e vivem.



Representantes do Cimi e da Sudelpa querem demarcar as terras dos índios

O desrespeito à Constituição

O advogado Marco Antônio Barbosa, da equipe indigenista do Grupo de Terra da Sudelpa, lembra que a Constituição Federal, em seu artigo 198, assegura que as terras habitadas pelos silvícolas são de patrimônio da União e de usufruto permanente e exclusivo da comunidade indígena. Assim, ele questiona os decretos que doaram as áreas para a Sorocabana, inicialmente, e depois para a Fepasa. Acrescenta que os parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo estabelecem que os negócios jurídicos incidentes sobre as áreas habitadas pelos índios são nulos e não cabe indenização.

Sobre a Funai, Alberto Capucci Filho, do Cimi, mostra telegrama datado de 1949 enviado por Willy Aureli, da Bandeira de Piratininga ao Serviço de Proteção aos Índios (que antecedeu a Fundação Nacional do Índio). No telegrama pede-se proteção aos índios guaranis do Rio Branco, que estavam sendo ameaçados de morte. "Então, pelo menos desde 1949 a Funai sabe da existência da aldeia, mas continua ignorando-a".

Jussara Capucci acrescenta: "Há algum mistério em torno da aldeia. Algum interesse ainda não revelado que faz com que sempre que se chegue mais próximo à demarcação da área os processos sejam paralisados". Os indigenistas possuem cópia de bilhete do ex-governador Jânio Quadros, datado de 5 de outubro de 1956, enviado à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário: "Procure resolver

o problema da aldeia dos índios na região do Rio Branco (São Vicente-Itanhaém). Facilite no que puder o trabalho dos representantes do SPI. Jânio Quadros". O bilhete comprova também que por parte da antecessora da Funai começou um trabalho de demarcação das áreas. Jussara indaga: "Estava tudo preparado, mas de repente, nada mais foi feito. Que interesses políticos interferiram ou o que explica esse fato?"

Válido ou não, o decreto doando extensa gleba à Fepasa existe. E portanto, é área do Estado também que está sendo invadida pelas fazendas Baunáurea (de propriedade de Aurea Conde) e Calvi, pertencente a Odil Coccoza Vasquez.

A Sudelpa tem dedicado atenção ao problema de terras dos índios no Litoral. Atualmente, pelo convênio com o PPI, realiza demarcação na aldeia de Itariri, no Vale do Ribeira. Marco Antônio Barbosa lembra que os topógrafos, que atuam no caso são também responsáveis por todos os demais problemas de terra no Estado. E, por isso, faz um apelo para que o Governo do Estado monte uma equipe de topógrafos exclusiva e específica para a demarcação de terras indígenas. "Isso é extremamente necessário pela questão da prioridade, sob pena de a equipe que está em Itariri ter que parar seu trabalho (atrasando também o início no Rio Branco, em Itanhaém) para atender a um outro problema de terra que surja e seja considerado urgente".



Apesar das dificuldades, os guaranis são felizes em suas terras